

# O MONOPOLIO ESTATAL DAS COMUNICAÇÕES

(Especial para o "Correio do Povo")

GUSTAVO CORÇÃO

Acho perfeitamente razoável desejar que o serviço publico de comunicações no Brasil seja realizado e dirigido por brasileiros; chego até a admitir que esse serviço publico (com exclusão da Radio Difusão e da Televisão que não constituem serviços de comunicação e sim de divulgação e noticia, como a imprensa) venha a ser um monopólio do governo. E como penhor dessa convicção sou forçado a declarar que não tenho feito outra coisa, na minha vida profissional, senão trabalhar na industria e no ensino pela nacionalização das técnicas de telecomunicações. Há vinte e tantos anos ensino na Escola Técnica do Exército, e de alguns anos para cá na Escola Nacional de Engenharia. Trabalhei durante quinze anos na direção técnica da Radio Ginefon Brasileira, construindo aparelhos de ondas portadoras para a Companhia Telefônica Brasileira. Fica portanto patente, evidente, provado pelos fatos, que sempre tive o desejo efetivo, eficaz, de trazer para nossa cultura a técnica das comunicações. Mas agora declaro, depois da apresentação de meus títulos, que de modo algum aprovo o conteúdo da carta do coronel Bitencourt; e de modo algum, como militante da oposição, vejo no ex-Diretor Geral do DCT um aliado.

A carta do coronel Bitencourt é, a meu ver, um triste documento de nosso desvario. Além da redação, que chega a ser cômica, há nela uma intrínseca contradição, e está ela, além disso, em contradição com declarações anteriores de seu signatário. O coronel Bitencourt diz ao Presidente da República que os serviços telegráficos do Brasil estão em condições lamentáveis. Refere-se a carta anterior em que revelava "o estado caótico em que se encontrava o DCT, caindo aos pedaços, numa sistemática arcaica técnico-administrativa de 50 anos atrás". Revela um segredo de polichinelo em termos grandiloquentes aonde conta que os "fios telegráficos desapareceram tragados pela voragem do mato". E depois de firmar tais premissas, conclui que a essa mesma repartição caindo aos pedaços competia fazer a ligação telefônica de Brasília! E passa a ver torvas manobras de trustes e cartéis no contrato feito com a Companhia Telefônica Brasileira, e a invocar as terríveis razões de segurança nacional, pelas quais não deveriam ser estrangeiras as empresas concessionárias do serviço de comunicações.

Ora, qualquer técnico, que tenha um tempo de serviço um pouco maior do que os dois anos do

coronel Bitencourt, sabe que o DCT não está em condições de realizar, no prazo nervosamente exigido pelo sr. Juscelino Kubitschek, a ligação de Brasília. A obra em questão, constando de sessenta canais telefônicos, é cerca de vinte vezes maior do que a ligação Rio-São Paulo por canais telegráficos que equivalem a três canais telefônicos, que o DCT levou doze anos a realizar e ainda se acha em funcionamento incompleto e imperfeito. No mesmo ritmo, o DCT realizaria em duzentos e quarenta anos a ligação de Brasília. Eu não estou pessoalmente interessado na rapidez desse circuito, e já tenho, mais de uma vez, publicado o que penso dos prazos presidenciais sonhados para Brasília; mas o coronel Bitencourt, nomeado pelo Presidente Kubitschek, não por seus trabalhos anteriores no campo das telecomunicações, que são aliás inexistentes, e sim em recompensa do fervor eleitoral que demonstrou na campanha de 55, deveria ser mais sensível do que eu aos caprichos do mesmo Presidente.

O fato é que o Departamento de Correios e Telégrafos não está em condições de realizar, dentro de prazo razoável, o serviço exigido pela Nova Cap. Concordo inteiramente com o coronel Bitencourt que seja lamentável, lamentabilíssimo este fato, mas explicável de modo diferente. Para ele, a precária situação dos nossos serviços telegráficos se explica pela pérfida atuação dos agentes estrangeiros. Cita nominalmente a empresa Western, que mantém no Brasil, como sabemos, um exemplar serviço de cabos e que não ilude o respeitável publico, mandando por via aérea as comunicações que são cobradas com taxas telegráficas. Estou pronto a acreditar que as companhias estrangeiras aqui estabelecidas tiram alguma vantagem da inércia de nossa administração publica, mas não vejo como se possa incriminar o estrangeiro como faturador e principal responsável por nossos desastros. Para mim a explicação é muito mais simples. O Departamento de Correios e Telégrafos levou doze anos a efetivar, e mal, o sistema de ondas portadoras Rio-São Paulo, continua a enviar por via aérea as mensagens cobradas com taxas telegráficas, e não está em condições de realizar a ligação de Brasília por Microondas ou por fio, porque seus Diretores são escolhidos pelos Presidentes como foi escolhido o coronel Bitencourt. Esta é que é a verdadeira razão do descalabro. A voragem que come os aparelhos do DCT não está nas selvas, nem

está nas empresas estrangeiras que ainda agumentam as taxas módicas impostas pela demagogia; a voragem é outra, e foi essa outra, mais voraz do que as onças e do que os ingleses, que levou o coronel Bitencourt a diretoria geral daquele departamento. Estou pronto a admitir a sinceridade do moço coronel que surpreendeu a nação com sua transbordante epistola. Essa hipótese não se impõe ao observador, não é isenta de dificuldades, porque dias antes daquela missiva, em discurso pronunciado numa solenidade do DCT, o coronel Bitencourt gabava-se de estar em condições de realizar em breve prazo milhares de canais telegráficos e duzentos e quarenta canais telefônicos. Ora, isto não me parece compatível com o texto da carta onde diz que o DCT está atrasado de 50 anos e caindo aos pedaços. Mas aceitamos a hipótese da sinceridade, lembrando que afinal de contas, como todos sabemos, o que se diz em discurso não vale, mormente quando se trata de alguma inauguração. Partamos pois do pressuposto que reconhece a sinceridade do coronel. Nesse caso, penso eu, deveria ser outro o teor de sua carta. Ele deveria escrever ao Presidente da República uma carta vasada nestes termos, ou traduzida, com esta mesma substancia, no seu peculiar estilo: "Sr. Presidente da República. — Acabo de descobrir uma coisa que me obriga a pedir demissão do honroso cargo que occupo. Num momento de iluminação compreendi que V. Exa. jamais esperou que eu cuidasse de telegramas e cartas; compreendi que minha nomeação não foi ditada pelo critério objetivo que é a própria finalidade daquele departamento; compreendi em suma que V. Exa., com essa nomeação, visava apenas a recompensar-me pelos esforços que fiz durante a campanha presidencial. Nos primeiros meses da fundação, inebriado pela importancia do cargo, não atinei com todas essas razões, mas o amor pela pátria abriu-me os olhos a tempo, e hoje vejo esse critério de nomeação, que não leva em conta a competência, que no meu caso é nódesta, é ruinoso para o serviço. Arrependo-me pois de ter aceito tal encargo acima de minhas forças, é aproveito o ensejo para lembrar a V. Exa. que deste modo, com esse estilo de nomeações, jamais poderemos ter em nossa patria serviços telegráficos tão bons como os de nossos concorrentes estrangeiros".

Torno a dizer que devemos trabalhar pela nacionalização de nossos serviços publicos, e que até aceito a ideia do monopólio estatal que funciona bem na Inglaterra e na França; mas só conseguiremos dar o primeiro modesto passo nesta direção quando o DCT deixar de ser cartório que se dá em recompensa de trabalhos eleitorais.

Quanto a segurança nacional, tão pateticamente lembrada pelo coronel Bitencourt, devo dizer — e isto me parece um dado do senso comum que é mais arriscado para o país ter uma rede telegráfica caindo aos pedaços em mãos de brasileiros do que ter um serviço bem dirigido por estrangeiros, porque é mais facil, em caso de urgente necessidade, encampar os bons serviços existentes do que improvisar a reparação de uma colossal ruína entregue à voragem da mata.

Mas nada disto que escrevo chega a abalar as diretrizes nacionais. O Coronel Bitencourt, que é coronel de infantaria, foi exonerado do cargo; no seu lugar foi nomeado um coronel da artilharia, que também nunca se occupou de telecomunicações e que fez uma declaração publica, pela qual ficamos sabendo que ele aceitou o cargo para servir o sr. Presidente e o sr. Ministro da Viação. Quem então servirá o brasileiro que passa telegramas?